

Mensalidade em debate

Os pais de alunos das escolas particulares do DF terão que esperar, pelo menos, até a próxima segunda-feira para saber qual o percentual de reajuste da mensalidade escolar. O Conselho de Educação recusou ontem, o parecer conclusivo da Comissão de Encargos Educacionais do próprio órgão que, através da portaria 75 do Ministério da Fazenda, entendeu que o reajuste máximo é de 35,76%. A matéria agora será analisada pela Câmara de Legislação e Normas do Conselho de Educação, além do Conselho Federal de Educação, que também vai deliberar sobre a mesma portaria para as escolas de terceiro grau.

O presidente da Comissão de Encargos, Júlio Gregório, explicou aos conselheiros que o percentual de 35,76% foi estabelecido utilizando-se o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) dos meses de fevereiro, março e abril, conforme determina a portaria e que corresponde a

17,94%, mais 70% da majoração salarial dos professores concedida pelo Governo (7,48% em fevereiro e 13,13% em abril) que corresponde a 15,11%. "Os índices acumulados garantem um reajuste na mensalidade de, no máximo; 35,76%", afirmou Gregório.

Entretanto, os conselheiros Décio Batista Teixeira (diretor da Católica) e José Teixeira da Costa Nazaré (diretor do Dom Bosco) alegam que o aumento do salário dos professores pode ser repassado integralmente para as mensalidades. "Entendemos que o percentual de reajuste das mensalidades deve ser de 43,40% pois o artigo 3º do decreto 95921, que determina o custo de pessoal de 70%, só tem validade até o dia 31 de dezembro de 88", lembra Décio Batista. Diante do impasse a matéria não foi votada, voltando à plenária do do Conselho na próxima segunda-feira, para a decisão final.